

5 Observações Finais

Meu mestre era realmente muito arguto. “Mas que conclusões tirais dessa descoberta?” - perguntei então.

“Nenhuma” respondeu-me, “só premissas.

Umberto Eco, O Nome da Rosa

Observações finais para esta dissertação foi uma escolha em detrimento de conclusão. Como visto neste trabalho, eleger algo envolve sempre uma escolha e como tal está implícita uma lógica de preferências pessoais, que neste caso são metodológicas também, pois não se pretende dar a última palavra sobre nenhum assunto, nem mesmo sobre a representação política. Como para o Guilherme de Eco, esta investigação sempre esteve mais voltada para testar e organizar premissas do que prescrever conclusões. O objetivo foi o de mapear as discussões recentes sobre a representação política, na busca de explicitar como a análise de uma tensão constitutiva, a equalização entre princípios democráticos, a idéia de soberania popular e sua execução através da representação, poderia gerar distintos desdobramentos nas teorias de três autores, Bernard Manin, Nadia Urbinati e Pierre Rosanvallon.

Houve um esforço em desnaturalizar a forma de pensar essas tensões, na tentativa de percorrer caminhos não-naturalizados em sua apreensão. Foi assim que da tensão mais geral entre representação política e princípios democráticos a atenção se voltou primeiro para os envolvidos diretamente nesta relação. No segundo capítulo, a partir dos debates do século XVIII e XIX foi amplamente discutida a relação entre eleitos e eleitores e muitas das mistificações que nela estariam envolvidas, sobre a eficácia eleitoral, sobre princípios democráticos e onde estariam possibilidades para tornar mais capilar esse entrosamento. A extensão do sufrágio universal apareceu no movimento de tentar oferecer respostas a essas tensões. A premissa de que não é recomendável subtrair do debate público e contraditório qualquer setor da vida social foi um norteador considerável. A importância para a democracia de que os governados possam

expressar suas vontades políticas sem serem submetidos ao controle dos governantes, seria o canal por onde os mecanismos de organização social para expor descontentamento e propostas encontrariam seu escape.

Investigar como as relações entre demandas sociais e política podem ser consideradas foi o exercício do terceiro capítulo. Neste, buscou-se estabelecer que a forma como a tensão entre representação política e democracia é percebida influencia as análises emitidas sobre o social, o político e a representação, e como essa segunda relação poderia ou deveria acontecer. As propostas de Urbinati permitem um caminho para desmascarar certo encantamento relativo à representação política, mas é de Manin o mérito sobre a estruturação destas tensões. Percebê-la como a imagem de um processo emergiu como ponto de encontro dessas reflexões, apesar do processo aparecer como um acordo razoável e limitador nos argumentos de Urbinati e de Manin, enquanto para Rosanvallon o trabalho da representação estaria sempre em processo, e por isso mesmo não haveria como limitá-lo, como ponto de partida.

A denúncia sobre o mito novamente apareceu na proposta de considerar a democracia e suas práticas, incluindo a representação, sob ótica não-sacralizada, poder-se-ia auferir desnaturalizada ao lidar com novas formas de criar sentido político para o social no processo em aberto da instituição de uma coletividade livre. A derrocada da sacralização do político como enunciada por Pierre Rosanvallon, viria no esteio da mudança em conceber as identidades coletivas. Seria no exercício da política e na tomada de decisão que a determinação das identidades aconteceria. São múltiplas e fracionadas as identidades e concebê-las como percursos que se cruzam e por vezes caminham paralelamente ou em direção oposta faria mais sentido do que pensar em coletividades unas fundadas em semelhanças agudas que caminhariam sempre juntas.

A quarta parte foi destinada ao cruzamento de informações constantes dos dois capítulos anteriores, mas não apenas isso. Na tentativa de aproximações e distanciamentos entre os autores, as categorias de temporalidade, institucionalidade e normas/procedimentos foram utilizadas como condutores para enumeração. Como enunciado na introdução, nunca foi o objetivo aqui diagnosticar uma crise da representação, os três autores estudados, cada um a sua maneira, também refutaram tal imaginação. Mais importante que isso, ficou a idéia de que pouco ajuda para o entendimento das racionalidades envolvidas em

qualquer que seja a imagem de processo que se tenha da representação, o diagnóstico de crise, que a bem dizer, sempre acompanhou a história democrática.

Para tratar os chamados “movimentos do real”, a percepção de uma temporalidade existente no processo democrático pode indicar novos caminhos a percorrer. Seja considerando-a no sentido retrospectivo e prospectivo às eleições, como defende Manin. Seja sob uma nova temporalidade de *continuum* de idéias e opiniões, juízos kantianos, como propõe Urbinati. Ou mesmo como uma imagem de processo/constructo em aberto, como observa Rosanvallon trazendo o traço cognitivo ao processo, o que permitiria a reflexão contínua sobre suas possibilidades. Já dizia Hannah Arendt, que o próprio pensar também envolve uma experiência no tempo.

Certas análises, quando *pegam* à melhor maneira que descreveria Koselleck, escapam completamente dos objetivos para os quais foram formuladas. Foi assim que a possibilidade de aristocratização da eleição descrita por Bernard Manin não caberia na circularidade que descreve, e a representação entendida como um processo segundo Nadia Urbinati não contentaria apenas como um acordo pré-estabelecido e limitado. É assim também que a tentativa de *des-ocidentalizar* a democracia, como proposta por Rosanvallon, considerando os poderes e contra-poderes que lhes são inerentes, pode conter um sem número de experiências ainda por mapear.

As tensões inerentes à democracia e entre o problema do princípio sociológico e político da representação como discutidos por Rosanvallon estariam dentre os problemas a resolver da democracia, e não como apenas uma confrontação entre o que existe e um modelo ideal que nunca será nem deve ser alcançado. Sob estas observações, restaria de forma muito mais eficiente qualquer análise sobre a variedade de experiências nacionais ou históricas.

Poder-se-ia argumentar que ao falar de pré e pós-democrático o autor se referiu a paradigmas estritamente europeus, por exemplo, ao estabelecimento do governo representativo na Europa e a Idade Média. Que aplicabilidade haveria para tais argumentos em uma reflexão sobre a América Latina ou mesmo o Brasil? Frequentemente, quando se discute novos mecanismos participativos no Brasil, em geral, é argumentado que esse tipo de problemática, maior inclusão social, maior participação, não representatividade por parte dos eleitores, tudo isso estaria ligado a uma democracia imperfeita, calcada em um passado histórico autoritário

e crivado de corrupção, e que o melhor caminho seria o desenrolar pleno dos preceitos liberais democráticos representativos já em vigor nas leis mas não tão efetivos na prática.

O argumento do autor se recobre de validade ao propor que suas análises ambicionam mostrar o perigo de tomar por universais valores particulares e sacralizar mecanismos específicos. Ou seja: “*le danger de prendre pour universelles des valeurs particulières ou de sacraliser des mécanismes spécifiques*”¹. Foi exatamente o discutido sobre a concepção mistificada dos direitos e da eficácia democrática do sufrágio universal e de como perceber tais inquietações quanto às relações sobre o social e o político e a representação.

Tentar criar um campo aberto para pensar, sempre pode gerar críticas de niilismo ou anarquia. A linearidade, muito ligada à idéia de progresso iluminista, seja em relação às análises históricas ou políticas não deveria continuar sendo o balizador para as experiências que a sociedade e a forma como se organizam seus poderes podem engendrar. A possibilidade de regressos, contemporaneamente é, e é necessário que seja, uma idéia sempre mantida no horizonte. Mas como lidar com ela faz toda a diferença. Se for verdade que o abandono das antigas formas que traziam segurança após as experiências totalitárias pode gerar o desconforto da insegurança, também é verdade, novamente com Arendt, que se abre um espaço de liberdade para pensar o novo.

Nesta seara também poderia estar Habermas, ao afirmar que lado a lado com o medo de regressões, deve estar também a expectativa de seguir em frente e entre estranhos tornar reconhecível o que é comum. Novas formas organizadas de desconfiança em face da democracia de legitimidade eleitoral aparecem neste horizonte segundo formula Rosanvallon. Perceber que uma subjetividade da própria representação enquanto problema e também a democracia, permitiria a autocrítica desses processos, e as mudanças, onde diferentes clivagens ajustariam regras para aceitar diferenças e organizar a coexistência.

Aos que consideram experiências democráticas recentes (orçamento participativo, conselho gestor, etc) e novas manifestações de participação política (ONGs, movimentos sociais, organizações da sociedade civil) com suspeição, pode-se diagnosticar essa atitude como algo ligada às concepções mitológicas

¹ Rosanvallon, 2006, p.31

sobre a democracia e a representação política como vacinas contra todos os males. Desnaturalizar democracia e representação política passa por perceber sua falibilidade sem desprezar sua validade ou finalidade. É por isso que ao refletir sobre uma análise para além do sufrágio universal, esta dissertação abre uma perspectiva para o entendimento de que seria possível interpelar as tensões estruturantes descritas ao longo trabalho sob a perspectiva de uma coexistência contraditória. Coexistência para afirmar que a institucionalidade existente é válida e tem utilidade, mas não pode ser considerada como o último canal representativo para pôr em ação a democracia.

Permitir a liberdade de expressar opinião a todos os que desejem e para tanto se organizem faz parte do horizonte da democracia e da representação política, até porque, mesmo que não se almeje, os movimentos de anti-poder, a desconfiança, e o não querer se associar a política tal qual se conhece, não são mais do que esferas constitutivas de concepções ampliadas de entendimento do social e do político. Seria uma injeção de *ho boulomenos* clássico para as práticas políticas atuais onde *isègoria* e *isonomia* normalmente dão o tom.

A sociedade complexa entendida como um conjunto diversificado e não único, mas onde o igual direito a ser diferente também está no horizonte, e onde não são desprezadas as agruras que a desigualdade pode impetrar aos processos de canalização deste social. Tais percepções se tornariam mais palpáveis ao considerar o campo do político como algo mais amplo do que a política em si, coexistência não necessariamente consensual e contraditória para a representação só pode ter lugar se consideradas expectativas além da política institucionalizada, do social em movimento. Mais do que falar em democracia, é preciso apreciar os caminhos de uma sociedade democrática. Assim esta dissertação espera poder ter contribuído para a organização das discussões sobre a representação política na sociedade contemporânea com perspectivas para pensar novamente as equalizações possíveis entre social e político.